



FAMÍLIA, PARENTELA E RELAÇÕES PESSOAIS NO ESTUDO DOS GRUPOS DIRIGENTES

Fernanda Rios Petrarca¹
Wilson José Ferreira de Oliveira²

RESUMO

Esse paper examina os estudos sobre elites no Brasil, com base numa discussão tanto das problemáticas novas e da renovação trazida por tais abordagens, quanto das ausências, dos esquecimentos e das dificuldades ainda persistentes em tais vertentes. O artigo está dividido em três partes: a) apresentação dos principais objetos, problemáticas teóricas e avanços metodológicos dos estudos recentes sobre elites no Brasil; b) análise da contribuição da sociologia política brasileira, a partir dos estudos que tomaram como central o termo “parentela”, ou seu substituto a “família extensa”, como uma das principais reflexões sobre as dinâmicas históricas das elites brasileiras e seu papel na expansão da amizade instrumental e das redes de relações pessoais para a política; c) exame do peso e do significado das relações pessoais nas formas de estruturação e de configuração das elites brasileiras em diferentes períodos e esferas sociais. Tais resultados evidenciam a pertinência de uma agenda de pesquisa reflexiva que dê conta das condições, experiências e práticas locais e que recuse a utilização “dedutivista” e “reificante” de teorias, conceitos e metodologias.

Palavras-chave: Elites. Parentela. Relações Pessoais

¹. Doutora em Sociologia (UFRGS), Professora da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP-UFS). Email: f.petrarca@hotmail.com

². Doutor em Antropologia Social (UFRGS). Professor da Universidade Federal de Sergipe, Pesquisador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP-UFS). Email: etnografia.politica@gmail.com

INTRODUÇÃO

Com base em investigações sobre elites profissionais e políticas, a preocupação central deste artigo não é a de demonstrar a especificidade de nossa elite e sua suposta “singularidade”. Ele se insere num conjunto de publicações recentes que visam retomar as preocupações sobre os dilemas e os enigmas que marcam a formação social brasileira e as interpretações sobre o Brasil. Trata-se mais especificamente de destacar as limitações e os perigos que a importação de teorias e a universalização de conceitos trazem para as interpretações e compreensões dos grupos dominantes no Brasil, uma vez que cria falsos dilemas e problemas de análise. Dentre estas está a importação da noção de “grande família”, à moda francesa, que se tornou um dos grandes motes de análise da elite brasileira.

Diante disso, este artigo tem dois objetivos centrais. O primeiro, mais geral, pretende apresentar um levantamento crítico dos fundamentos teóricos e metodológicos dos estudos sobre elites no Brasil, considerando, tanto a renovação trazida por tais abordagens e as problemáticas novas que eles levantaram, quanto as ausências, os esquecimentos e as dificuldades vinculadas a tais formas de construção dos grupos dirigentes como objeto de análise. Devido à diversidade de trabalhos sobre essa temática, a pretensão deste artigo é tão somente de destacar alguns eixos de reflexão importantes, salientando aqueles que devem ser aprofundados. O segundo, mais ambicioso e tomando como base nossos próprios trabalhos sobre elites profissionais e políticas, visa repensar o estudo sobre as elites brasileiras, considerando para isso as condições e as dinâmicas locais de sua formação e composição, ou mais precisamente, o peso e o significado dos padrões de relações vinculados à “família extensa”, “parentela”, “amizade instrumental” e “relações pessoais”. Para dar conta destas questões, o paper está dividido em dois momentos principais.

Num primeiro momento, apresentaremos os principais objetos, problemáticas teóricas e avanços metodológicos dos estudos recentes sobre grupos dirigentes no Brasil, destacando tanto as inovações quanto os problemas e desafios que ainda persistem para construção de uma agenda de pesquisa que leve em conta as condições e características próprias de construção dos grupos dirigentes em situações como a brasileira. Nosso ponto de partida é um banco de dados construído a partir de um levantamento dos trabalhos apresentados no GT Elites da

ANPOCS – desde sua primeira edição em 2007 até 2015. Nesse banco consideramos: universidade de origem; titulação; orientador; orientação teórica; referencial empírico, com o intuito de identificar a circulação nacional dos principais grupos de pesquisa vinculados à temática das elites, as orientações teóricas dominantes e os objetos empíricos priorizados. Identificamos dois padrões principais de estudos que tem se destacado na produção acadêmica brasileira. De um lado, os herdeiros da tradição marxista e dos debates que marcaram a sociologia das elites nos Estados Unidos, cujo foco central é o papel das instituições e suas relações com os grupos dominantes, a célebre indagação “quem governa” e um caráter quantitativista e individualista marcante em termos metodológicos. De outro, os que se vinculam aos trabalhos de Bourdieu e sua equipe e que se centram na investigação dos processos de recrutamento e seleção das elites em diferentes esferas que enfatizam as relações objetivas entre indivíduos e propriedades que os aproximam ou os opõem, o estado das relações de forças entre as estruturas de recursos e de capitais mobilizados, bem como os princípios legítimos de dominação em luta para sua imposição.

Tais investigações foram profundamente marcadas pelas problemáticas, conceitos e metodologias em voga no espaço acadêmico internacional e, mais precisamente, pelo confronto entre vertentes ou escolas “institucionalistas” versus “estruturalistas”. Tal orientação levou, na maioria dos casos, a certo afastamento e mesmo negligência de uma longa tradição de estudos centrados nas condições e processos de composição e recomposição de elites e grupos dirigentes no Brasil. Dentre os temas que foram esquecidos, classificados como historicamente datados e ultrapassados, cabe salientar os estudos do “coronelismo”, da “família extensa” e da “parentela”. De maneira similar, a identificação de relações e alianças “pessoais” nas dinâmicas de formação e de consolidação de grupos dirigentes e de suas relações com instituições como o Estado e os partidos políticos, não receberam a devida atenção, uma vez que eram tidas como “sobrevivência de relações tradicionais” e responsáveis pelo “desenvolvimento incompleto” e “fraca institucionalização”.

Nesse sentido, é muito comum que os trabalhos vinculados a tais vertentes tomem as polarizações e as dinâmicas de organização e funcionamento das instituições que são características de países europeus e norte-americanos como

padrão de relações sociais, institucionais e políticas, concluindo que em “sociedades como a brasileira” os espaços não adquiriram a “relativa autonomia”, como observado nesses países, e que por isso estão totalmente dependentes da esfera política. Nessa linha, é a esfera política quem define as condições de realização em outras esferas, como a profissional, por exemplo.

Num segundo momento, destacamos a contribuição da sociologia política brasileira, a partir dos estudos que tomaram como central o termo “parentela”, ou seu substituto a “família extensa”, como uma das principais reflexões sobre as condições sociais de possibilidade e as dinâmicas de transformação das elites brasileiras e seu papel na expansão da amizade instrumental e das redes de relações pessoais para a política. Trata-se aqui de destacar em que medida a mobilização deste termo e suas relações com dinâmicas próprias de configuração da “família”, permite refletir sobre a inadequação de categorias, tomadas como universais em grande parte dos estudos de elites, como é o caso da noção de “grandes famílias”. Essa dinâmica diversificada das famílias de elites, organizada a partir das parentelas, demonstrou sua forte capacidade de adaptação, o que nos permite o questionamento de alguns pontos fundamentais: primeiramente, noções como as de “grande família”, aplicadas ao cenário brasileiro, fazem perder de vista um elemento crucial que são as alianças múltiplas.

A expressão “grandes famílias” aparece nos trabalhos de Monique de Saint Martin (1980, 1995, 2002) e está diretamente associada a um grupo coeso e homogêneo e à reivindicação de uma “herança” familiar pelos seus membros. Assim, os participantes das “grandes famílias” são definidos pelos laços de consanguinidade e com frequência participam de espaços e movimentos que visam estabelecer “vínculos com o lugar de origem da família”. Além disso, há um conjunto de estratégias que visam, por um lado, preservar a homogeneidade do grupo e garantir sua condição de “família”, mantendo o controle sobre o processo de recrutamento ao grupo familiar e, por outro, assegurar o pertencimento ao grupo dentro de uma linhagem. Isso envolve um intenso trabalho social de distinção e de preservação de um lugar reservado no espaço social e de manutenção das diferenças, conduzindo aquilo que a bibliografia chama de “*esprit de corps*” (BOURDIEU, 1989). Nestas condições, o que se opera é uma verdadeira “empresa de celebração, acumulação e de gestão de capital social” (SAINT MARTIN, 1980).

A importação indiscriminada e não controlada deste termo pela produção acadêmica brasileira, para compreender as “famílias de elite”, resultou numa negação de certas características próprias dos grupos dirigentes no Brasil, impedindo a emergência de uma postura vigilante, reflexiva e crítica na investigação de tal objeto. Como se sabe, um dos principais efeitos da importação de modelos e teorias é “universalizar os particularismos associados a uma tradição histórica singular”, de modo que tópicos, problemáticas, conceitos e termos oriundos de situações históricas e particulares e de confrontos intelectuais e acadêmicos específicos, impõem-se ao planeta inteiro como universais (BOURDIEU; WACQUANT, 1998, p. 17).

Dentre as consequências disso, está o abandono de uma atitude reflexiva e vigilante a respeito da adequação dos “instrumentos com os quais argumentam” (Id., Ibid., p. 32) à realidade empírica que lhe serve de base e fundamento. No caso em pauta isso se traduz pelo esquecimento de algumas questões centrais: os mecanismos de recrutamento e os princípios de seleção das famílias dirigentes brasileiras estão baseados em semelhantes critérios de homogeneidade e coesão? Suas estratégias de reprodução e de consagração social envolvem um sistema de parentesco fundado exclusivamente na consanguinidade? Dentre os principais desafios colocados neste paper está, portanto, o de levantar alguns pontos para uma agenda de pesquisa plural e dinâmica que não ignore as condições, experiências e práticas locais, mas antes as mobilize para questionar o caráter “dedutivista” e “reificante” que assumem certos termos, teorias, conceitos e metodologias vigentes no campo das ciências sociais.

Neste sentido, o que podemos perceber é um conjunto de alianças “de base familiar” que sustentam o controle das famílias que só poderiam dominar na condição de aliadas e não no domínio exclusivo de uma família. Em segundo lugar, a força das parentelas dependeu da mobilização de um conjunto de recursos cada vez mais variados que contribuiu para a diversificação da estrutura de capitais do grupo: títulos escolares; associações patronais, famílias, alianças políticas, alianças matrimoniais múltiplas, endogâmicas ou exogâmicas que ampliaram as possibilidades de uniões e contribuíram para manter as famílias de elite no controle econômico e político, etc. Em terceiro, o processo de transformação das parentelas em redes de relações diversificadas que mantém ainda os laços de solidariedade

fortes nas dinâmicas das elites dirigentes. Tais características e evidências colocam como desafio principal para a análise dos grupos dirigentes, a necessidade de considerar as condições sociais de formação e composição de uma elite que não enfrentou concorrência. Tais condições contribuíram para as possibilidades de renovação das elites, diversificando os espaços sociais de investimento, assim como consolidando um tipo de capital de relações sociais.

De forma conclusiva, as análises desenvolvidas durante o artigo, demonstram a persistência, como orientação comum na sociologia política brasileira, de certa falta de interesse em descobrir a “racionalidade” e a “linha de continuidade” internas da política brasileira, à qual desde muito tempo tem sido apontada como responsável pelas análises que a vêem como “caótica”, “absurda” e “irracional”. Exemplifica isso, o fato de que a emergência e a diversificação desta problemática estiveram associadas à aceitação tácita do pressuposto da universalidade do modelo Ocidental e, conseqüentemente, da clivagem e divisão das sociedades entre “modernas” e “não modernas”.

Em contraponto a isso, o texto salienta, em primeiro lugar, a necessidade de uma agenda de pesquisa em que reflexão teórica sobre os estudos de elites lance mão de um olhar contemporâneo sobre as “modernidades múltiplas”. E, em segundo, a importância de incorporação de uma orientação e prática reflexiva nos processos de investigação, como um dos aspectos fundamentais para uma maior aproximação teórica, conceitual e metodológica em relação às condições e processos sociais, políticos e culturais de constituição dos grupos dirigentes no Brasil. Isso exige uma profunda mudança de atitude em relação às teorias, aos conceitos e às metodologias que são comumente utilizadas para caracterizar os diferentes modelos de organização política e sua influência sobre as dinâmicas e as lógicas contextuais de constituição de grupos dirigentes.

1. Os Estudos de Elites no Brasil: entre “institucionalistas” e “bourdesianos”

Os estudos de elites – no sentido do estudo dos indivíduos que ocupam uma posição dominante na definição e distribuição de recursos em diferentes espaços sociais – constituem uma longa tradição nas ciências sociais, destacando-se como uma importante área de investigação e objeto legítimo de pesquisa que tem

suscitado divergentes interrogações, problemas de pesquisa e problemáticas teóricas e conceituais (CODATO & PERISSINOTTO, 2008; CORADINI, 2008; GRILL, 2008; GRYNSZPAN, 1996). É expressão disso, a variação no uso dos próprios termos mobilizados para defini-las, tais como: “classes dominantes”, “classes dirigentes”, “grupos dirigentes”, ou ainda, “grupos dominantes”, entre outros. Empregados alternadamente para caracterizar o objeto em questão, tais variações na definição dessa temática resultaram de esforços empreendidos por diferentes escolas, vertentes e autores para a construção e consolidação de alternativas teóricas, conceituais e metodológicas próprias às ciências sociais e, mais especificamente, à sociologia e à ciência política que são as áreas que apresentaram uma maior produção nesse sentido. Dos “dirigentes” aos “poderosos”, dos “abastados” aos “dominantes”, o uso de diferentes termos para definir uma elite revela, em certa medida, uma preocupação comum em compreender as condições sociais de possibilidade, os processos de ingresso e de recrutamento e os princípios de seleção e de hierarquização social e institucional daqueles que ocupam posições destacadas e/ou privilegiadas.

A ênfase numa minoria que por seus “dons” e “competências” detém um poder de comando sobre espaços, instituições e organizações sociais e políticas diversificadas, constituiu um dos marcos da emergência e da consolidação do debate sobre as elites. Autores “clássicos”, como Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels também chamados de “neomaquiavélicos”, centraram suas análises na necessária e inevitável capacidade de comando de uma “minoria”, mesmo em situações democráticas (GRYNSZPAN, 1996, 1999). Em direção oposta, as abordagens “elitista” de Wright Mills e “pluralista” de Robert Dahl, colocaram em pauta - apesar da acentuada concorrência entre elas - a necessidade de compreender a relação entre a posição econômica e os poderes institucionais e políticos das elites. Do confronto e da oposição entre “elitistas” e “pluralistas” resultaram trabalhos diversificados sobre o poder da comunidade, sobre a relação das elites com as “massas”, sobre os grupos de pressão e os *lobbies* (RIESMAN, GLAZER e DENNEY, 1971).

Em contraposição a estas abordagens destacaram-se ainda os estudos históricos sobre as elites na Europa (CHARLE, 2006) e o papel dos trabalhos de Pierre Bourdieu e sua equipe na renovação e diversificação deste objeto. Um dos

principais desdobramentos levantados por tais abordagens consistiu em orientar o olhar para as investigações dos padrões de recrutamento e de seleção de indivíduos que ocupam posições elevadas em diferentes esferas sociais e não apenas na esfera política (BOIEGOL e DEZALAY, 1997; BOLTANSKI, 1982; BOURDIEU, 1984; 1989; LEBARON, 2001; RIEFFEL, 1984; SAPIRO, 2004). Nesse caso, com base em informações biográficas diversificadas, os trabalhos se voltaram para a apreensão das propriedades sociais e dos deslocamentos dos grupos dirigentes no espaço social e político, bem como sua relação com mudanças e transformações estruturais e diacrônicas.

Foi no âmbito de tais reformulações que o interesse pelo estudo das elites recebeu uma atenção destacada dos cientistas sociais brasileiros nos últimos dez anos. O banco de dados produzido a partir dos trabalhos apresentados no GT Elites, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), de 2007 a 2015, evidencia o crescimento deste objeto e a sua distribuição no espaço acadêmico brasileiro, bem como os principais temas, abordagens e objetos de investigação privilegiados. Sabemos que a produção acadêmica na área das elites no Brasil não se limita ao GT, sendo bem mais ampla e diversificada. Contudo, a análise de uma experiência particular como esta pode fornecer um bom ponto de partida para a compreensão de parte relevante da produção acadêmica sobre o tema.

Tomando como base o GT de 2007 a 2015, pode-se observar a formação e o confronto entre os dois principais grupos que estiveram à frente na sua coordenação. As duas primeiras edições de 2007 até 2009 foram coordenadas por Renato Perissinotto e Miguel Serna, com o título “Elites e Instituições Políticas”, numa associação entre Universidade Federal do Paraná e Universidad de La Republica del Uruguay (primeira coordenação). É, sobretudo, a partir de 2010 que se pode observar uma alteração, passando a coordenação de 2010 até 2012 para Ernesto Seidl e Mário Grynszpan, numa parceria entre a Universidade Federal de Sergipe e a Fundação Getúlio Vargas. Com esse novo grupo, nova orientação temática e teórica foram introduzidas, o que pode ser observado na mudança do próprio título do GT que passou a se chamar “Grupos Dirigentes e Estruturas de Poder” (segunda coordenação). Entre os anos 2013 e 2015 o GT foi proposto com base numa parceria entre os dois grupos, representado por Ernesto Seidl e Adriano

Codato, este último da Universidade Federal do Paraná. A necessidade de articulação entre os dois grupos conduziu novamente a reformulações na denominação do GT que então passou a se denominar: “Elites e Espaços de Poder” (terceira coordenação).

É importante observar que esses dois grupos representam perspectivas teóricas distintas a respeito da temática “elites” e contribuíram para a própria distribuição temática dos trabalhos apresentados no GT. Nesse sentido, cabe observar que, apesar desta alternância nas coordenações, são sempre dois grupos que estão na liderança do GT: de um lado, os “institucionalistas” que coordenaram sozinhos a primeira edição; do outro, os “bourdesianos” que também estiveram sozinhos à frente da segunda coordenação. Diferente das anteriores, a terceira coordenação se caracterizou pela parceria entre os dois grupos. Sendo assim, pode-se dizer que até 2015 o trabalho de coordenação do GT foi igualmente dividido entre os dois principais grupos³.

Os “institucionalistas”, herdeiros da tradição marxista e dos debates que marcaram a sociologia das elites anglo-saxônica, têm como foco central o papel das instituições e suas relações com os grupos dominantes. Na linha dos trabalhos de Pippa Norris (2013), centram-se na apreensão dos mecanismos institucionais, tendo como problemática principal a celebre indagação “quem governa”, com caráter quantitativista e individualista marcante em termos metodológicos. São exemplos disso os trabalhos de Codato e Perissinotto que versam sobre os condicionantes objetivos dos eleitos por meio dos testes de variáveis, tais como: profissão, sexo, cor, classe, partidos (CODATO, CERVI & PERISSINOTTO, 2013; CODATO, BOLOGNESI & PERISSINOTTO, 2016). Estimulados por questões como “quem se torna prefeito”, “quem se elege”, “o que afasta os negros e as mulheres da política”, estes estudos tomam o recrutamento político como uma relação entre variáveis, através das quais podemos observar as associações “fortes” ou “fracas”.

Outro exemplo nessa mesma linha são os estudos sobre os partidos políticos que enfatizam o “problema da seleção de candidatos”, buscando responder a questões como: “Quem pode ser eleito? Quem escolhe? Quem é selecionado? Quais as consequências do recrutamento?” (BRAGA, BOLOGNESI, 2013). A

³. A título de informação, cabe salientar que em 2016 não houve Seminário Temático (que geralmente constitui uma prévia do GT), mas em 2017 a quarta coordenação do GT está novamente nas mãos dos “bourdesianos”, numa parceria entre UFMA e UFSCAR.

preocupação aqui está centrada nas dinâmicas operacionais dos partidos políticos com base no exame de estatutos, normas internas e programas, valores culturais e normas sociais referentes aos candidatos apropriados, tipos de experiências e conhecimentos adequados, modelando a oferta de candidatos, oferecendo redes sociais, treinamentos, habilidades cívicas e experiência organizacional (NORRIS, 2013). Os resultados obtidos, em geral, estão quase sempre fundados em surveys e/ou entrevistas com candidatos ou eleitos. Nesse sentido, Bolognesi (2013) mostra, com base em survey com candidatos, como operam os partidos ao formarem a lista de candidatos a deputado federal, concluindo que, segundo eles tenham sido selecionados por filiados, delegados, líderes ou líder único, podemos demarcar nítidas diferenças entre eles quanto à estrutura e à dinâmica prática do processo de seleção de candidatos nas organizações partidárias.

Já os “bourdesianos”, vinculados aos trabalhos de Bourdieu e sua equipe, centram-se na investigação dos processos de recrutamento e seleção das elites em diferentes esferas. Aqui a ênfase está nas relações objetivas entre as propriedades e trajetórias sociais que aproximam ou opõem os agentes, no estado das relações de forças entre as estruturas de recursos e de capitais mobilizados, bem como nos princípios legítimos de dominação em luta para sua imposição (CANEDO, 2002, 2011; CORADINI, 2008, MICELI, 2008, 2009). Trata-se de apreender, com base em informações biográficas diversificadas sobre os indivíduos, as propriedades sociais e os deslocamentos dos dirigentes no espaço social e político e de articulá-las com mudanças e transformações diacrônicas.

Estes dois grupos passaram a dominar a temática “elites” e a concentrar a produção acadêmica sobre o tema a partir do GT, conduzindo à emergência de determinados objetos analíticos em detrimento de outros. Uma análise feita a respeito das temáticas priorizadas nos trabalhos apresentados permitiu identificar que, apesar de ainda existir certa concentração em estudos “institucionalistas” sobre elites políticas e governantes, com 48,2% dos trabalhos apresentados no GT, representada pelos estudos sobre deputados, senadores, governadores, vereadores, há, por outro lado, uma grande diversificação das temáticas e dos tipos de elites tomados como tema de investigação pelas ciências sociais brasileiras. Além de se destacarem os vários tipos de elites (eclesiásticas, empresariais, militares, intelectuais, jurídicas, econômicas, burocráticas, etc.), observa-se também

a predominância do exame das carreiras, dos padrões de recrutamento e da composição social como objetos de investigação privilegiados. Esta diversificação temática está associada à entrada do grupo “bourdesiano” na coordenação do GT a partir de 2010.

Enquanto os trabalhos submetidos no período coordenado pelos “institucionalistas” estavam associados ao estudo dos eleitos, dos quadros dirigentes e dos governantes, os trabalhos submetidos no período de coordenação dos “bourdesianos” se revelaram mais diversificados, abrangendo uma população mais ampla como alvo de estudos de elites. Sem dúvida, o segundo grupo contribuiu para uma renovação e expansão dos estudos, sobretudo a partir dos anos de 2010, momento em que se observa um aumento do interesse no GT por diferentes tipos de elites: das políticas às sindicais, das profissionais e culturais às militantes, etc. Este novo movimento contribuiu para integrar diferentes níveis e métodos de análise, ampliando as possibilidades analíticas e empíricas e envolvendo desde a análise histórica e uso de documentos até entrevista e análise biográfica. O exame dos mecanismos de seleção, das dinâmicas de recrutamento e da estrutura de capitais, antes ignorados, conduziu a um novo eixo de investigação com uma abrangência empírica maior. Percebe-se, então, que o reflexo da problemática bourdiana traduziu-se em estudos sobre a relação entre as trajetórias individuais, os princípios de dominação e as estrutura de capitais.

Este confronto entre “institucionalistas” e “bourdesianos” no estudo de elites se manifesta de forma característica quando se examinam as universidades de origem, titulação e formações acadêmicas dos apresentadores de trabalho. A grande predominância (61,8%) é de professores universitários, seguidos de mestrands (26,4%) e doutorandos (11,8%). No que diz respeito à titulação, observa-se doutores, em primeiro, com 48,2%, pesquisadores ainda em fase de qualificação, realizando mestrado (35,5%), mestres, 12,7%, e pós-doutores com 3,6%. Apesar dos coordenadores do GT estarem vinculados a universidades situadas em diferentes regiões do país, ainda há forte predominância dos trabalhos do sul (26,4%) e do sudeste (39,1%), em todos os períodos, seguidos do nordeste (18,2%), norte (8,2%), estrangeiros (4,5%) e centro-oeste (3,6%). É importante compreender também que as universidades que mais se destacam na produção do tema são, em primeiro lugar, a UFPR, em segundo a UFSCAR, em terceiro UFRGS e UFS, em

quarto UFMA e, em quinto, UFPA. A circulação de trabalhos do nordeste está concentrada na UFS e UFMA, universidades estas de coordenadores e debatedores do GT cuja formação universitária transcorreu em universidade do Sul. Além disso, a apresentação de trabalhos oriundos do nordeste aparece diretamente relacionada a vínculos estabelecidos com os organizadores do GT. Já as universidades do sul e sudeste apresentam uma projeção maior, mantendo o vínculo com organizadores e debatedores do GT, mas ampliando para outros espaços acadêmicos como UNESP, UNIFESP, UNIMONTE.

A estas diferenças em termos de universidades de origem e de titulação correspondem uma clara distinção em termos das áreas de formação. A principal diferença está entre ciência política com 50,44% do total de trabalhos apresentados e sociologia/ciências sociais com 36,12%. Em terceiro lugar está a área de antropologia com 6,19%. Ciências econômicas e direito têm respectivamente 1,77%, o que corresponde a 2 apresentações para cada área durante todo o período. Já educação, história, jornalismo, psicologia social e relações internacionais aparecem cada uma com apenas uma apresentação no decorrer do período analisado. Tal diferença de área reflete, por um lado, a grande predominância da ciência política no estudo de elites e, por outro, o progressivo investimento da sociologia política em relação a essa temática.

Esta oposição entre as principais áreas está também estreitamente ligada ao confronto entre “institucionalistas” e “bourdesianos” em torno do GT, uma vez que a primeira orientação tem sido amplamente predominante na ciência política, enquanto que a sociologia política (também chamada sociologia do poder e das elites) está muito mais próxima do segundo grupo. Isso fica mais claro quando se observa que é justamente durante a primeira coordenação que há uma grande predominância de trabalhos da área de ciência política: se do total de trabalhos apresentados durante a primeira coordenação esse percentual é de 57,14%, durante a terceira ele cai para 38,71%. Já no caso da sociologia ocorre um pequeno aumento passando de 26,19% durante a primeira coordenação, para 30% durante a segunda e 29,03% durante a terceira.

Acrescente-se a isso que, paralelo a essa diminuição da área de ciência política em cada diferente período de realização do GT, há o aumento da participação de outras áreas de formação. Assim, enquanto que na primeira

coordenação os trabalhos apresentados eram basicamente da área de ciência política e de sociologia, na segunda e terceira ampliaram-se a participação de apresentadores com formação em outras áreas, como antropologia, ciências econômicas, educação, jornalismo, etc. Nesse sentido, pode-se dizer que, paralelamente, à introdução da problemática bourdiana e ampliação deste grupo na coordenação do GT, houve uma maior diversificação dos tipos de objetos e perspectivas estudadas. Ao mesmo tempo, isto está associado à maior difusão de Bourdieu em diferentes universidades brasileiras que resultou numa clara diversificação dos objetos de estudos e no aumento de interesse em estudar espaços antes esquecidos e ignorados pela perspectiva “institucionalista” que geralmente se centrava nos “governantes” e nas elites políticas.

O exame da bibliografia mobilizada pelos trabalhos apresentados no GT exemplifica muito bem isto. Do conjunto da bibliografia utilizada, 54,8% são autores brasileiros e 45,2% são estrangeiros. Os estrangeiros que mais aparecem são franceses e estadunidenses com 15% cada. Os demais se dividem entre britânicos, alemães, italianos e latino americanos. Conseqüentemente, as regiões de produção das obras citadas se dividem entre, de um lado, América Latina, em especial o Brasil, com 56,8% e, de outro, a Europa (27%) e a América do Norte (15,9%). No entanto, no que diz respeito aos autores mais recorrentes nos trabalhos, encontra-se justamente Bourdieu. Ele de longe é o mais citado, seguido por alguns dos principais representantes de sua aplicação no Brasil, o que indica uma clara predominância dos que se aproximam da problemática “bourdiana” no estudo dos grupos dirigentes.

Como se sabe, as escolhas bibliográficas exprimem os compromissos teóricos e metodológicos dos autores e revelam suas filiações, como também nos permitem compreender as redes em que estão vinculados os autores. Nesse sentido, quando cruzamos os autores citados na bibliografia com as universidades de origem dos proponentes dos artigos apresentados no GT, podemos perceber que Bourdieu é citado em praticamente todas as universidades, com destaque para: UFSCAR, UFMA, UFRGS, UFS, UNICAMP, USP, universidades com forte presença de autores do grupo “bourdesiano”. Isso indica o impacto da produção do autor nas ciências sociais brasileiras. Sua citação nessas universidades está diretamente associada ao impacto da obra de Pierre Bourdieu no Brasil, no que diz respeito especificamente à temática das elites.

Autor	Vezes que foi citado	Na cionalidade
BOURDIEU P	97	Francês
CORADINI O. L.	33	Brasileiro
MICELI S.	26	Brasileiro
GRUN R.	24	Brasileiro
GRILL I. G.	23	Brasileiro

Num primeiro momento, destacaram-se os estudos de Sérgio Miceli (2008, 2009) sobre os intelectuais e as elites dirigentes, realizados na USP. Os trabalhos que resultaram desta orientação se voltaram para a compreensão dos capitais acumulados e das estratégias de consagração em diferentes setores: empresários, gerentes, arquitetos, indústria cultural, jornalistas, dentre outros (GRUN, 1995). Num segundo momento, os estudos de Canedo (2002, 2011), Almeida (2009) e os trabalhos produzidos a partir da Unicamp, os quais deram ênfase aos herdeiros, às estratégias de reprodução familiar e suas conseqüências nas carreiras políticas. Ganharam espaço também os estudos sobre o papel dos títulos escolares na consagração das elites. E, por fim, mas não menos importante, os estudos vinculados aos trabalhos e à orientação de Coradini na UFRGS. Esta última orientação resultou em investigações sobre elites militantes, políticas, militares, intelectuais, profissionais e religiosas, cuja problemática central voltou-se para o processo de acúmulo e reconversão de recursos (CORADINI, 2008; ANJOS, 2006; OLIVEIRA, 2005, 2008^a; 2008^b; PETRARCA, 2007^a, 2007^b, 2008^a, 2008^b; GRILL, 2005^a; 2005^b, 2008; 2013; REIS, 2008; 2010; 2015; REIS; GRILL, 2014; ENGELMANN, 2004; SEIDL, 2004).

Essa exclusividade dos “bourdesianos” no que diz respeito aos autores mais citados, não se mantém quando estão em jogo as obras mais citadas pelos trabalhos apresentados no GT ao longo do período. Antes disso, é o confronto entre “institucionalistas” e “bourdesianos” que se faz constante. Desse modo, as obras mais citadas são “O Poder Simbólico”, de Pierre Bourdieu, e “A Construção da Ordem”, de José Murilo de Carvalho; “Partidos Políticos, Ideologia e Composição Social”, de Leôncio Martins Rodrigues, aparece em segundo lugar; “Os Intelectuais e

a Política no Brasil”, de Daniel Pécaut, em terceiro. Em quarto lugar é “La Noblesse d’état” de Pierre Bourdieu e, em quinto, “Mudança na Classe Política Brasileira”, de Leôncio Martins.

Todavia, apesar das recorrentes oposições teóricas, metodológicas e institucionais entre “institucionalistas” e “bourdesianos” que fazem parte do GT, tais perspectivas têm em comum a preocupação com a composição social dos grupos dirigentes, com as propriedades dos agentes e com suas estratégias de investimento e consagração. Todavia, ainda que se observe uma grande diversificação da problemática envolvida na investigação dos grupos dirigentes através desses estudos, persistem algumas dificuldades em se tratando de compreender situações como a brasileira.

Em primeiro lugar, tanto nas vertentes “institucionalistas” quanto nas “bourdesianas”, e ainda que se observem diferenças consideráveis entre elas, persiste como orientação comum tomar como ponto de partida e princípio geral de investigação da formação e recomposição dos grupos dirigentes, os processos históricos de separação, diferenciação e institucionalização de ordens de atividades especializadas e, conseqüentemente, de constituição de campos relativamente autônomos. Em consonância com isso, as dinâmicas de formação e de recomposição dos grupos dirigentes nas sociedades ocidentais passaram a ser “mediatizadas por mecanismos objetivos e institucionalizados”, tais como um mercado econômico, um sistema de ensino, um aparelho jurídico, um Estado, etc. (BOURDIEU, 1980, p. 224; 2005). Além disso, as relações de dominação entre os diferentes grupos sociais, nestas situações, ocorreriam de forma “indireta e impessoal”, na medida em que implicariam a existência e a mediação de mercados auto-regulados, estruturados e institucionalizados que garantiriam a apropriação e a acumulação de diferentes formas de capital (BOURDIEU, 1980).

A aceitação tácita de tal pressuposto conduz, inevitavelmente, a certa falta de interesse em descobrir a “racionalidade” e a “linha de continuidade” internas da política brasileira, à qual desde muito tempo tem sido apontada como responsável pelas análises que a veem como “caótica”, “absurda” e “irracional” (PEREIRA DE QUEIROZ, 1976, p. 29). Isso porque com base nessa ideologia de “modernidade” (LATOUR, 1994; GOODY, 2008), são feitas caracterizações e tipologias da política e dos grupos dirigentes que partem ou aceitam como dada a *assimetria*, a clivagem e

a divisão das sociedades entre “modernas” e “não modernas” e de seus respectivos sistemas políticos. Como já destacamos em trabalho anterior (OLIVEIRA, 2015a), grande parte das tipologias elaboradas a respeito dos sistemas políticos acaba incorrendo em classificações valorativas que estipulam quantitativamente o + e o – do poder e da política, das elites, etc., de modo que aquelas situações que se distanciam empiricamente desse modelo dominante são caracterizadas por categorias como “ausência”, “falta”, “carência”, etc., por metáforas biológicas tais como “embrionário”, “nascente”, ou ainda por designações evolucionistas tais como: “pouco desenvolvido”, “fraca institucionalização”, etc.

Isto porque nestas situações não ocorreram os processos de diferenciação, separação e institucionalização de ordens de atividades especializadas, correlatos à constituição de mercados autorregulados, de campos ou setores de atividade autônomos. Ao contrário do que ocorreu naquelas sociedades, nestas situações as dinâmicas de formação e de recomposição dos grupos dirigentes não passaram a ser mediadas por “mecanismos objetivos e institucionalizados” (mercado econômico, campo político, sistema de ensino, aparelho jurídico, aparato estatal, etc.). Desprovidas da mediação de estruturas e instituições que garantam a apropriação e acumulação de diferentes recursos e formas de capital, as relações de dominação entre os diferentes grupos sociais em situações como estas se dão de forma “direta e pessoal”, no sentido de que são exercidas mais diretamente entre pessoas. Em decorrência disso, estão centradas em estratégias e relações personificadas e de reciprocidade como condição praticamente exclusiva de garantia da apropriação e acumulação de recursos diversificados.

Parte-se de tipologias que estabelecem as diferenças entre as sociedades com base na existência ou inexistência de certos traços tomados como essenciais e que são exatamente aqueles que são considerados como característicos dos processos sociais e históricos ocorridos nos países dominantes. Por isso, mais do que simples diferenças relacionadas à “racionalidade” e a “linha de continuidade” internas da política brasileira, trata-se de classificações que se definem segundo sua distância ou proximidade em relação aos processos sociais e históricos tidos como próprios do chamado “Ocidente”. Em consonância com isso, por vezes, tais análises desembocam num viés claramente “negativista”, na medida em que ou ignoram completamente ou atribuem um estatuto menor e secundário à persistência de laços

vínculos e relações pessoais no “ordenamento das relações sociais”. Como bem salienta Bezerra (2013, p. 284), isso relembra àquelas interpretações que as colocavam como “sobrevivência de relações tradicionais” ou, na melhor das hipóteses, como “indício de desenvolvimento incompleto” das instituições políticas.

Em segundo lugar, e diretamente vinculado a isso, está a recorrente tendência de importação, utilização e “difusão de abordagens conceituais, de problemáticas e de interpretações homogêneas”, com base na inserção e circulação de estudantes e pesquisadores entre grupos e redes de pesquisa vinculadas a universidades e instituições dos EUA e da Europa. Semelhante ao que tem acontecido em outras áreas de investigação (GOIRAND, 2010, p. 460; OLIVEIRA, 2013), isso contribui para que conceitos consagrados ou problematizados pela produção acadêmica internacional sejam aceitos sem maiores questionamentos a respeito de sua aplicabilidade para a situação brasileira.

Isso porque diante da “falta”, “ausência”, “carência”, etc., de racionalidade própria e de linha de continuidade interna da política brasileira, a recorrência a conceitos e problemáticas consagradas pela produção internacional torna-se uma das únicas vias de apreensão da lógica própria da política brasileira. “Coladas como etiquetas” aos fenômenos políticos (Queiroz, 1976, p. 18) muitos das ideias, conceitos e resultados vinculados a tais abordagens acabam sendo utilizados com um “viés claramente normativo”. Nesse sentido, é muito comum que os trabalhos tomem as polarizações e as dinâmicas de organização e funcionamento das instituições que são características de países europeus e norte-americanos como padrão de relações sociais, institucionais e políticas, concluindo que em “sociedades como a brasileira” os espaços não adquiriram a “relativa autonomia”, como observado nesses países, e que, por isso, estão totalmente dependentes da esfera política. Nessa linha, é a esfera política quem define as condições de realização em outras esferas, como a profissional, por exemplo (CORADINI, 1996; ENGELMAN, 2012).

Em terceiro lugar, e sem a pretensão de sermos exaustivos – na medida em que a posição da sociedade brasileira pende para o lado desfavorável nessa *assimetria* estabelecida entre as diferentes sociedades e que a tendência de importação de conceitos e problemáticas torna-se predominante – tais vertentes contribuem também para certo desconhecimento e um constante distanciamento, e

até mesmo esquecimento, de uma ampla gama de estudos centrados nas condições e dinâmicas próprias de constituição dos grupos dirigentes na situação brasileira. Esse é particularmente o caso dos estudos sobre “parentela”, “família extensa”, “coronelismo”, etc. Desenvolvidos desde um bom tempo para dar conta das condições e dinâmicas de possibilidade de emergência e de reprodução dos grupos dirigentes no Brasil, tais análises foram simplesmente esquecidas com base no pressuposto de que o “coronelismo” já não constitui uma realidade na sociedade brasileira. Assim, muitos estudos recentes têm analisado as relações entre grupos familiares e política, com base na aceitação tácita das características de tais grupos em países europeus e, particularmente, na França. Esse é o caso da utilização da noção de “família” e de “grandes famílias”.

A própria expressão “grande família” e os contornos que o uso desta expressão assume nos estudos sobre elites brasileiras, demonstram que os trabalhos estiveram mais preocupados em caracterizar o grupo como uma unidade do que se ater concretamente ao sistema de relações sociais que torna possível e que fundamenta sua existência no decorrer do tempo e em diferentes espaços. Nesse sentido, ao tomar como ponto de partida determinadas unidades familiares que se destacaram em diferentes cenários corre-se seriamente o risco de cair no “efeito de unificação simbólica” do grupo, contribuindo, assim, para a existência e legitimação do próprio grupo.

Por fim, e não menos importante, predominou em tais trabalhos a ênfase na estatística e em análises quantitativas, conduzindo a certo desinteresse por estudos de casos que poderiam demonstrar com mais precisão as dinâmicas e as estratégias de renovação das elites. Assim, as dinâmicas gerais de composição das elites foram priorizadas em detrimento das condições e dos processos locais de sua emergência e consolidação. Com isso, os estudos, por exemplo, do “coronelismo” ficaram classificados como historicamente datados e, de certa forma, ultrapassados.

O que queremos deixar claro com este breve levantamento e análise dos problemas e dificuldades colocados pelas principais vertentes de investigação dos grupos dirigentes é que as formulações teóricas, conceituais e metodológicas devem ser consideradas e utilizadas a partir das bases empíricas (sociais, políticas, institucionais e históricas) que lhe servem de fundamento. São estas bases que podem sustentar as generalizações e que, por tal motivo, implicam certas limitações

em termos de sua abrangência. Dito de outro modo, as características encontradas empiricamente em certos sistemas políticos (“autonomia”, “diferenciação”, “grandes famílias”, etc.) devem sempre ser consideradas de forma contextual e contingente, em relação a instituições e situações específicas e a períodos determinados, ao invés de tomá-los como característica, essência ou substância absoluta de todas as sociedades.

2. “A Parentela”: um idioma para compreender as “famílias de elites”

O sistema de parentela – como parte importante do sistema brasileiro de parentesco – foi apontando pela literatura sociológica como a chave da organização social e política e um idioma para compreender as bases das relações sociais das famílias dirigentes, sobretudo de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX (CANDIDO, 1951; LEWIN, 1993; PEREIRA DE QUEIROZ, 2002; WAGLEY, 1971). Caracterizado pela capacidade de extensão das relações familiares, este sistema constituiu-se como o alicerce das alianças entre a elite. Sua importância, entretanto, está para além deste período histórico, por pelo menos dois motivos.

Primeiro, sua forma de organização social e econômica se opõe àquela observada na noção de “grande família”, baliza da sociologia política francesa e que apresenta certas limitações quando se trata de compreender uma elite cuja dinâmica é o caráter aberto ou “extenso” das relações parentais. Segundo, a relação entre famílias e a política demonstra o processo de expansão e de diversificação dos vínculos de natureza pessoal nas alianças políticas. Nesse sentido, para compreendermos sinteticamente o que representa a força da parentela na organização familiar brasileira precisamos atentar tanto para sua dinâmica estrutural e funcional quanto para sua relação com a política.

Os textos clássicos de Antonio Cândido (1951) sobre a família brasileira e de Maria Isaura Pereira de Queiroz (2002) sobre a parentela trouxeram contribuições importantes para o questionamento dos princípios e das estruturas que organizavam as famílias de elite no Brasil e que por estas condições possuíam uma lógica própria e uma capacidade de incluir os “de fora”, ou seja, membros não parentes, para dentro do sistema familiar.

Nessa perspectiva, a característica central deste sistema era sua organização em torno de uma rede de reciprocidade e de lealdade que ultrapassava a família nuclear (pai+mãe=filhos) e que envolvia tios, primos, sobrinhos, sogros, netos e agregados. Segundo Antonio Cândido, isto representou uma forma específica de solidariedade, gerada pelo contexto da colonização, e que deu origem a uma “nova moral”, marca central da formação da família dirigente brasileira. Uma das conseqüências disso foi a formação de uma “dupla estrutura” no escopo da organização familiar. De um lado, um núcleo composto pela família branca, cujo centro era ocupado pelo “senhor rural”, proprietário de terra, e os filhos legítimos. De outro, um grupo de escravos, agregados e afilhados não muito delineados, cuja característica central era o concubinato e os filhos ilegítimos.

Esta dupla estrutura contribuiu para o fortalecimento da “solidariedade no parentesco”, em que práticas como o compadresco e o compadrio⁴ aparecem como formas de agregar novos membros e admitir, na maioria das vezes, os filhos constituídos fora do casamento. Assim, para as próprias elites dirigentes brasileiras a noção de família ia além do seu núcleo consangüíneo e tornava-se cada vez mais extensa incluindo: parentes lineares (pai, irmãos, avós e netos), parentes colaterais (tios, sobrinhos, primos), parentes não consangüíneos integrados pelo casamento (genro, cunhado, concunhado, sogro, tios) e os afilhados (adotados ou admitidos pelo laço de compadrio). Isso resultou numa fórmula bastante conhecida: “parentes + afins” (CANDIDO, 1951; PEREIRA DE QUEIROZ, 2006; LEWIN, 1993).

Somaram-se a esta dinâmica, as estratégias matrimoniais e as de adoção de sobrenomes. Sobre a primeira, os casamentos ora reforçavam os laços de parentesco (união entre primos/ tios e sobrinhas), ora ampliavam as alianças familiares (uniões fora do grupo familiar). O investimento em uniões endogâmicas e exogâmicas, sem restrições, contribuiu para a crescente valorização dos “laços de cunhadio” e das “relações de concunhadio” como importante meio de consolidar alianças entre as famílias⁵. Além disso, as novas formações decorrentes dos matrimônios aparecem associadas tanto à família do noivo quanto da noiva, com

⁴ . O compadresco representa a relação espiritual que deriva do ritual religioso de batismo, crisma ou casamento. Já o compadrio é a relação social que deriva deste tipo específico de parentesco: o afilhado.

⁵ . No caso do casamento entre primos, o cunhado já fazia parte do grupo familiar. Mas quando dois irmãos casavam-se com duas irmãs os laços entre cunhados e concunhados eram reforçados (Lewin, 1993). As alianças múltiplas entre irmãos aumentavam a solidariedade entre as famílias devido à adição de afinidades: irmãos e concunhados.

forte caráter bilateral e vivendo em casas independentes, portanto, economicamente separadas. Nessas condições não se percebe a convivência de várias gerações de casais sob um mesmo teto, mas pelo contrário a experiência em moradias independentes gerou a formação das alianças entre famílias nucleares e reforçou os laços sociais. Um dos efeitos disso foi a valorização dos laços entre genro e sogro. Quanto a isso, vale destacar que uma prática muito comum em Sergipe era o genro ingressar na política, ou ampliar suas formas de atuação econômicas, por intermédio do sogro⁶. Unidos, esses grupos familiares – que tinham economias particulares independentes – podiam sobreviver em condições adversas, como um negócio fracassado ou contração de dívidas, o que tornava a parentela também um grupo econômico.

Já sobre a segunda, a prática de adoção dos sobrenomes também desempenhou um papel importante nessa configuração. Como não havia uma regra definida⁷, era muito comum os filhos receberem sobrenomes de parentes distantes que haviam se destacado no espaço social, ou ainda o marido adotar o sobrenome da esposa, se isso fosse conveniente. O que determinava o sistema de sobrenomes eram os objetivos políticos e econômicos. A adoção tanto do sobrenome paterno quanto materno conduziram a uma flexibilidade na atribuição do parentesco que permitia, inclusive, sobrenomes diferentes entre irmãos. Em Sergipe há pelo menos dois exemplos que ilustram este tipo de prática. O primeiro é o caso de Brício Cardoso, (jornalista, político e intelectual) vinculado a parentela dos “Valadão”, pai do ex-governador Gracco Cardoso, que atribuiu aos filhos diferentes sobrenomes⁸. O segundo é o caso de Gonçalo Vieira de Melo Prado, proprietário de um dos poucos engenhos de Sergipe que se transformou em usina. Gonçalo era afilhado do

⁶. São vários os casos que podem ser citados aqui. Dentre eles estão: Oliveira Valadão, Gonçalo Rollemberg e Julio César Leite. O primeiro foi um importante chefe político regional que ao lado do genro (José Joaquim Pereira Lobo) constituiu um novo agrupamento político denominado “Valadão-Lobo”. O segundo, médico e ex-governador, ingressou na política por intermédio do sogro, o Barão de Estância. E, por fim, o terceiro, (político e senador) ampliou seus investimentos econômicos e políticos através da relação com o sogro Gonçalo Rollemberg Prado, proprietário do engenho Pedras e de uma indústria de tecidos. A partir desta relação tornou-se chefe da fábrica de tecidos- a mais importante do estado- e junto com o irmão e o sogro formou o partido “União Republicana de Sergipe”. Uma análise mais detalhada pode ser encontrada em Petrarca (2015).

⁷. A regulamentação legal dos sobrenomes vai desempenhar um papel importante nas primeiras décadas do século XX. É em 1916, por exemplo, com o novo código civil que se sugeriu que a adoção do sobrenome do marido se tornaria automático. Além disso, é só a partir de 1930 que a prática de adoção do sobrenome paterno se tornou dominante (LEWIN, 1993)

⁸. Dentre os filhos estão Gracco Cardoso (governador de Sergipe) e Hunald Santaflor (procurador geral do Estado e presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe), este último recebeu sobrenome diferente dos demais.

Barão de Propriá, José da Trindade Prado, e numa homenagem ao padrinho adotou o seu sobrenome.

Tais estratégias atestam o caráter extenso das relações familiares, demonstrando a habilidade em incluir novos membros e colocando as amplas alianças como parte indispensável desse processo. Estas características evidenciam que estamos diante de concepções e práticas de “família” que não se limitava a família nuclear, tornando-se muito mais extenso e conduzindo a alianças diversificadas. A questão principal colocada na formação das parentelas é sua complexidade interna, podendo ser caracterizada tanto pelo modelo igualitário, onde as famílias aliadas estão no mesmo nível sócio econômico, quanto pelo modelo estratificado cuja característica central era a existência de várias camadas sociais distintas no interior da parentela, ou seja, famílias de níveis sócio-econômicos desiguais conectados por alianças. Contudo, independente do modelo, a solidariedade e a lealdade tornavam-se elementos cruciais, o que permitia unir famílias distintas. O sentimento de união e de pertencimento pessoal a um grupo que poderia garantir as condições necessárias, seja para abertura de um negócio ou até mesmo sobrevivência no espaço social, configurava essa solidariedade interna.

Outro tipo de solidariedade vai também ter fortes conseqüências nos efeitos políticos da parentela. Nessas condições formadoras, o topo desta pirâmide parental era ocupado pelos proprietários rurais que, para atender às necessidades num contexto de falta de apoio policial, proteção estatal e mão de obra escrava, dominavam as diferentes esferas da vida social. Assim, os proprietários rurais tornaram-se também chefes políticos locais e a lealdade entre os membros da parentela com seus respectivos chefes tornou-se um elemento fundamental para garantir a manutenção e importância dos laços sociais e pessoais. A “política de parentela”, que emerge deste sistema, representa a força destes chefes políticos locais e seus aliados nos agrupamentos políticos e sua influência nas demais esferas da vida social (LEAL, 1949; LEVINE, 2006; PANG, 1979; PEREIRA DE QUEIROZ, 1976). As alianças constituídas eram múltiplas e, em geral, envolviam desde parentes consangüíneos e parentes por afinidades até aliados políticos e laços de compadrio.

Esse sistema está diretamente associado ao desenvolvimento da política e a expansão do Estado brasileiro tendo como núcleo o município. As dificuldades

enfrentadas por Portugal para dominar e povoar o país, dada sua dimensão continental, conduziram ao incentivo do poder e autonomia dos senhores rurais, chefes das parentelas. A conseqüente independência do país colocou aos proprietários rurais a necessidade de enviar representantes às câmaras municipais e, em seguida, às câmaras provinciais (PEREIRA DE QUEIROZ, 1976). Nas economias regionais menos ricas e nos estados politicamente dependentes de outras regiões, o controle destas famílias era quase absoluto.

Essa situação trouxe como implicação importante a luta dos proprietários rurais entre si pela posse e controle dos cargos. Uma luta pautada pelo confronto e desentendimento constante entre as lideranças, pela emergência de dissidências, facções e grupos opositores. Isso porque a forte solidariedade não representava harmonia ou equilíbrio. Em muitos casos ela poderia desencadear fortes rivalidades e confrontos violentos que conduziam à formação de novos grupos, dissidências ou facções. Apesar dos laços representarem um fator integrador importante, eles também eram frágeis e de fácil dissolução. Como a ascensão ao topo da parentela não era definida pela herança consangüínea, as disputas se davam em torno de qualidades, laços e vínculos pessoais. Assim era comum o chefe de uma parentela passar o comando a um sobrinho distante ou a um afilhado em detrimento do filho. É dentro dessa dinâmica móvel que se constituíam e se destituíam “blocos de parentelas”, levando a fragmentação e intensas divisões.

As mudanças estabelecidas nos legislativos provinciais e a conseqüente criação da Câmara dos Deputados e do Senado Nacional conduziram às famílias de elite a ampliar suas redes de relações e a adotar novas estratégias para conservar o poder sobre o município e expandi-lo em outras esferas. Como parte destas estratégias as parentelas enviavam às câmaras provinciais membros do grupo, parentes ou aliados, com alguma formação acadêmica. A disputa de cargos em outros níveis (estaduais e federais) conduziu à extensão das redes de relações pessoais, assim como a necessidade dos bacharéis para ocupar os cargos mais prestigiosos do Estado. Os filhos (sobrinhos, netos, afilhados) formados, em geral nos cursos de bacharel em direito ou medicina, representavam as parentelas nas câmaras provinciais e, ao seguirem a carreira política de senador ou deputado, faziam a conexão entre o município, base principal do poder do coronel, e o sistema político nacional.

Dentro deste ajuste as profissões liberais exerceram papel fundamental na distinção entre as parentelas, convertendo-se ora em recurso para diferenciar e hierarquizar os grupos, ora em trunfo para ocupar novas posições políticas. Aos poucos, com a crescente urbanização da sociedade, a ampliação da máquina estatal, a expansão dos serviços públicos e a criação de novos postos, eles se tornaram fundamentais nas alianças que transcendiam à política local (ADORNO, 1988; BLONDEL, 1957; LEAL, 1949; LEWIN, 1993; PEREIRA DE QUEIROZ, 1976). A mobilização dos títulos acadêmicos para fins políticos demonstrou a capacidade de renovação e diversificação desse sistema e representou uma importante estratégia das famílias para garantir sua posição política e econômica.

Mas estes bacharéis possuíam trunfos importantes que foram acionados na conversão dos títulos para a carreira na política. Um destes trunfos foram as redes estabelecidas na faculdade. Por ter de estudar fora dos limites do seu município e estado, eles já viviam num espaço urbano diversificado, no qual estabeleciam suas próprias redes de relações e as conectavam com suas bases familiares. Tal situação lhes permitiu tirar alguma vantagem, uma vez que a conexão entre as redes formadas nas academias e as bases familiares ampliou e cristalizou vínculos que transcendiam as alianças locais de base familiar. Assim, eles contribuíram para sair de uma situação de “grupo de base familiar” para uma situação de “rede de base familiar”. Segundo LEWIN (1993) enquanto o “grupo” correspondia a uma parentela (amigos de longa data definidos como quase-parentes e parentes consangüíneos ou recrutados pelo casamento), a rede interligava facções individuais. As redes se tornaram mais ilimitadas e permitiram conectar politicamente os diferentes níveis, local, estadual e federal.

Outro trunfo importante dos bacharéis foi a própria formação acadêmica que os estimulava a colocar seus conhecimentos para ocupação de cargos estatais. No caso do direito, a oratória e o conhecimento jurídico fortaleceram os investimentos políticos. Já no caso da medicina, a necessidade do controle das epidemias permitiu aos médicos colocar seu saber voltado à saúde pública e ocupação de cargos em delegacias de higiene, comissões de vacinação e departamentos de saúde.

O processo de mobilização dos títulos acadêmicos para a política contribuiu para crescente valorização dos “afins” para os grupos familiares, ou seja, daqueles que vinham de fora e que foram adquirindo relativa importância nas disputas por

posições políticas. Nesse contexto, os laços de sangue ou aqueles obtidos pelo casamento, não asseguravam mais a posição na política e não eram garantia de confiança. Uma alternativa que se abriu foi a amizade política baseada nos alinhamentos familiares, estendendo assim a rede e conectando o município ao nível federal. As redes dependiam cada vez mais de membros não parentes para conectar o nível local ao poder político federal.

Dentro deste quadro os bacharéis se tornaram importantes mediadores entre o executivo e o legislativo, entre as alianças familiares locais e as redes faccionais, integrando a estrutura coronelística pelo casamento ou por laços constitutivos da parentela. Aos poucos, eles se apropriaram da abertura do mercado político e monopolizaram os postos estatais (ADORNO, 1988; LEWIN, 1993).

A manutenção de uma “condição de elite”, como já tem apontado a literatura especializada, depende dos títulos como importante estratégia de reprodução. Os títulos acadêmicos compuseram os movimentos de recomposição das elites, desempenhando um papel fundamental na renovação dos dirigentes regionais. Se no período anterior a primeira metade do século XIX eles se voltavam para o modelo coronelístico, a partir da segunda metade eles se voltam para fora dos limites do município formando-se bacharéis. Esse processo de expansão dos recursos políticos promoveu um deslocamento no espaço social e alguns recursos tenderam a perder sua valorização, como no caso das relações centradas exclusivamente nos chefes políticos locais.

O aumento de instituições e a diversificação das funções se tornaram elementos da diminuição do poder local e do peso das parentelas na política. Contribuíram para isso a urbanização e a industrialização crescente. Isso conduziu a um aumento de poder de instituições judiciárias e a diminuição de funções antes atribuídas às Câmaras Municipais, enfraquecendo assim o poder dos chefes políticos locais. Um exemplo disso era o apuramento das eleições e o alistamento eleitoral, antes função das Câmaras, a partir de 1916 passou a ser atribuição do poder judiciário. Junto a isso, o crescimento demográfico e a urbanização, aos poucos, arruinavam a capacidade de mando destes chefes políticos.

Entretanto, esse processo não ocorreu sem acomodações que garantiram, em certa medida, sua continuidade. Dentre as acomodações estão àquelas observadas no nível econômico. Isso porque as parentelas – como forma de

hierarquização complexa – já haviam se integrado em atividades econômicas diversificadas (café, açúcar, criação de gado, cacau, comércio, indústria), apoiando investimentos variados. Proprietários de engenhos de açúcar se tornaram usineiros, pequenos comerciantes atrelados aos chefes rurais tornaram-se grandes comerciantes urbanos, dentre outros.

No nível das relações sociais, pode-se afirmar que o conflito e a solidariedade como dois elementos essenciais da formação das parentelas, contribuíram para sua reprodução, permitindo se ajustar às mudanças de regime e de modelo político, conduzindo à diversificação das estratégias como elemento de sobrevivência. A solidariedade entre os membros permaneceu. Contudo, a solidariedade vertical perdeu espaço e cresceu a solidariedade horizontal. Contribuiu para isso o aparecimento das organizações patronais (cooperativas, associações, federações) que surgiram para garantir os interesses dos grupos, reforçando a solidariedade horizontal. Para se manter, as parentelas precisaram unir forças e diminuir o peso dos conflitos internos e das rivalidades entre os chefes locais. Agora eles precisavam colaborar e a criação das associações de representação de classe constituiu um elemento fundamental de manutenção da sua existência e uma estratégia para diminuir a competição no interior das parentelas. Além disso, a vida na cidade não extinguiu as relações familiares e afetivas, mas ao contrário, reforçou-a⁹. Foi especialmente na cidade que as relações familiares e pessoais se tornaram mais freqüentes e mais intensas. O aspecto urbano, seja como vila ou como cidade, esteve desde o princípio conectado à formação das parentelas, pois as vilas eram as sedes do poder político municipal e local privilegiado da disputa entre as parentelas.

Dominando a grande indústria, o comércio e o alto funcionalismo do Estado, as parentelas se mantiveram. Essa dinâmica diversificada e com forte capacidade de adaptação nos permite o questionamento de alguns pontos essenciais que gostaríamos de frisar: Primeiramente, noções como as de “grande família”, aplicadas ao cenário brasileiro, fazem perder de vista um elemento crucial que são as alianças múltiplas. Esta noção está associada a dois elementos fundamentais: a co-habitação e o domínio familiar. O princípio da co-habitação, como definidor das relações familiares, não se aplica ao modelo brasileiro, tampouco o domínio familiar. O que podemos perceber é um conjunto de alianças “de base familiar” que sustentavam o

⁹. Maria Helena Bueno Trigo (2001) destaca a importância da troca de visitas entre famílias na cidade como uma estratégia de manutenção e ampliação do capital de relações sociais.

controle das famílias que só poderiam dominar na condição de aliadas, portanto não há domínio de uma família enquanto um grupo homogêneo e coeso. Em segundo, a força das parentelas dependeu da mobilização de um conjunto de recursos cada vez mais variados que contribuiu para a diversificação da estrutura de capitais do grupo: títulos escolares; associações patronais, famílias, alianças políticas, alianças matrimoniais múltiplas, endogâmicas ou exogâmicas. Estas últimas ampliavam as possibilidades de uniões e contribuíram para manter as famílias de elite no controle econômico e político. Terceiro, o processo de transformação das parentelas em redes de relações diversificadas contribuiu para a manutenção dos laços de solidariedade nas dinâmicas das elites dirigentes.

Diante disso, o desafio para a pesquisa é a necessidade de considerar as condições históricas de formação e composição de uma elite bastante fragmentada e diversificada. Essa dinâmica se manifesta de forma completamente diferente daquela observada nas “grandes famílias” cuja característica central era a coesão e a homogeneidade. Tais condições contribuíram para as possibilidades de renovação das elites, diversificando os espaços sociais de investimento, assim como consolidando um tipo de capital de relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação de uma orientação e prática *reflexiva* nos processos de investigação constitui um dos aspectos fundamentais para uma maior aproximação teórica, conceitual e metodológica em relação às condições e processos sociais, políticos e culturais de constituição dos grupos dirigentes no Brasil. Isso exige uma profunda mudança de atitude a respeito das teorias, dos conceitos e das metodologias que são comumente utilizadas para caracterizar os diferentes modelos de organização política e torna-se um dos aspectos fundamentais para sua maior aproximação em relação às dinâmicas e lógicas contextuais de constituição de grupos dirigentes.

Associado a isso, está o desafio de incorporação de uma sensibilidade que esteja voltada à apreensão dos significados que as pessoas (os nativos) estudadas atribuem à sua realidade social e política, assim como à tarefa de tomar como objeto de análise a própria existência dos agregados como: Estado, família, partidos, etc.

(AUYERO, 2006; SCHATZ, 2009; LATOUR, 2007) e, no caso específico, os grupos dirigentes. No caso brasileiro, tal perspectiva constitui um dos principais ingredientes para a ruptura com as abordagens “negativas” ou que definem as configurações sociais pela “falta” ou “ausência” (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996); como também para escaparmos da armadilha que consiste em considerar os dados em comparação com “um modelo político ideal”, acabando por adjetivar a política brasileira com termos como “Mandonismo”, “Coronelismo”, “Patrimonialismo” e “Clientelismo”.

Nessa direção, uma história social das famílias, sobretudo das famílias de elite, permite revelar sua importância para a dinâmica política e como suas transformações conduziram a um novo sistema de relações sociais. A formação de um espaço de relações a partir dos grupos dirigentes, fundamentado na noção de família extensa, contribuiu para constituição do espaço do poder e permitiu, ao mesmo tempo, um processo diversificado de reconversão de recursos. Dessa forma, as estratégias familiares que se apoiavam nos filhos, por meio das alianças matrimoniais, dos títulos acadêmicos e das profissões liberais são dependentes de um sistema aberto de parentesco com uma capacidade de incluir os de “fora” para dentro do sistema. Este sistema aberto, que destacamos aqui, se tornou um fenômeno complexo envolvendo diversificando a política municipal e reforçando uma rede de compromissos, troca e favor.

Tal historicização das condições e dinâmicas de formação e consolidação dos grupos dirigentes no Brasil constitui, sem dúvida, uma alternativa ao que o próprio Bourdieu chama de “falsa universalização” que toma categorias e conceitos vinculados à história particular de determinadas sociedades como gerais e, portanto, universais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. M. **A Escola dos Dirigentes Paulistas**. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora, 2009.
- ADORNO, S. **Os Aprendizes do Poder**. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ANJOS, J. C. G. **Intelectuais, Literatura e Poder e Cabo Verde: lutas pela definição da identidade nacional**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2006.
- AUYERO, J. Introductory Note to Politics under the Microscope: Special Issue on Political Ethnography, **Qualitative Sociology**, vol. 29, n° 3, p.; 257–9, 2006.

- BEZERRA, M. O. Representantes Políticos, Relações Pessoais e Reputação. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor G. **As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FVG, p. 279-318, 2013.
- BOIGEOL, A. e DEZALAY, I. De l'agent d'affaires au barreau: conseils juridiques et la construction d'un espace professionnel. **Genèses**, n. 27, p. 49-68, juin, 1997.
- BLONDEL, J. **As Condições Sociais da Vida Política na Paraíba**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1957.
- BOLOGNESI, B, PERISSINOTTO, R., & CODATO, A. Reclutamiento político en Brasil. Mujeres, negros y partidos en las elecciones federales de 2014. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales** 61(226): 183–212, 2016.
- BOLTANSKI, L. **Les Cadres. La Formation d'un Groupe Social**. Paris: Minuit, 1982.
- BORGES, D. **The Family in Bahia, Brazil 1870-1945**. Califórnia: Stanford University Press, 1992.
- BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. Paris: Minuit, 1984.
- _____. **La Noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps**. Paris: Minuit, 1989.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. Prefácio: sobre as artimanhas da razão imperialista. In: BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRAGA, Maria do Socorro S.; BOLOGNESI, Bruno. Dossiê Recrutamento Político e Seleção de Candidatos nas Democracias Contemporâneas. In.: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21., nº 46, p. 5-9, jun 2013.
- CANDIDO, A. The Brazilian Family. In: Smith, T. L. e Marchant, A. (Eds), **Brazil, portrait of a continent**. New York: The Dryden Press, 1951.
- CANEDO, L. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). **Pró-posições**, Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 169-198, 2002.
- _____. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, jan/jun 2011.
- CHARLE, C. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balance crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, F. (org.) **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro, FGV, 2006, p. 18-39.
- CODATO, A. & PERISSINOTTO, R. Apresentação: por um retorno à Sociologia das Elites. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 16, p. 7-15, 2008.
- CODATO, A; CERVI, E. U. ; PERISSINOTTO, R. Quem se elege prefeito no Brasil. condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. **Cadernos ADENAUER** (São Paulo), v. 2, p. 61-84, 2013.
- CORADINI, O. L. Grandes famílias e 'elite profissional' na medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, III (3), p. 425-466, 1996.
- _____. As Elites como Objeto de Estudos. **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008, p. 7-18.
- DEZALAY, I. & GARTH, B. A Construção Jurídica de uma Política de Notáveis: o jogo duplo da elite do judiciário indiano no mercado de virtude cívica. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 12, n. 23, pp 37-59, 2015.
- ENGELMANN, Fabiano. Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul. **Tese** (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2004.
- GOIRAND, C. Penser Les Mouvements Sociaux d'Amérique Latine. Les approches des mobilisations depuis les années 1970. Paris, **Revue Française de Science Politique**, vol. 60, nº 3, 2010, p. 445-466.
- GOODY, J. **O Roubo da História**. Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo, Contexto, 2008.
- GRILL, I. G. **"Heranças Políticas" no Rio Grande do Sul**. São Luís: EDUFMA, 2008.

- _____. Bases sociais e intérpretes da "tradição trabalhista" no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, **Dados**, v. 48, n.3, p. 525-557, 2005a.
- _____. Parentesco e Política no Rio Grande do Sul. Niterói, **Antropolítica**, v. nº 18, p. 127-150, 2005b.
- _____. Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios. In: Seidl, E; GRILL, I. G. (Orgs.). **As Ciências Sociais e o Espaço da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 103-140, 2013.
- GRYNSPAN, M. A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada. **BIB**, RJ, n. 41, 1 semestre, p. 35-83, 1996.
- _____. **Ciência, Política e Trajetórias Sociais**. Uma sociologia histórica da teoria das elites. RJ, FGV, 1999.
- GRUN, R. **A Revolução dos Gerentes Brasileiros**. São Carlos: Edufscar, 1995.
- ENGELMANN, F. Globalização e poder de estado: circulação internacional de elites e hierarquias do campo jurídico brasileiro. **Dados** (Rio de Janeiro. Impresso), v. 55, p. 487-516, 2012.
- LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro: 34, 1994.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1949.
- LEBARON, F. O Campo dos Economistas Franceses no Fim dos Anos 90: Lutas de Fronteiras, Autonomia e Estrutura. **MANA**, n 7 (1), p. 9-29, 2001.
- LEVINE, R. Pernambuco e a Federação Brasileira. In: FAUSTO, Boris et al. **História Geral da Civilização Brasileira** (1889-1930). Rio Janeiro: Bertrand Brasil, p. 130-171, 2006.
- LEWIN, L. **Política e Parentela na Paraíba. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MICELI, S. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- _____. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NORRIS, Pippa. Recrutamento Político. In.: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21., nº 46, p. 11-32, jun 2013.
- OLIVEIRA, Wilson José F. de. "Paixão pela Natureza", Atuação Profissional e Participação na Defesa de Causas Ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e Início dos Anos 2000. **Tese** (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- _____. Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil. Rio de Janeiro, **Dados**, v. 51, p. 751-777, 2008.
- _____. Engajamento Político, Competência e Elites Dirigentes do Movimento Ambientalista. Curitiba, **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, p. 167-186, 2008.
- _____. A Arte de Resistir às Palavras: inserção social, engajamento político e militância múltipla. In: Ernesto Seidl; Igor Gastal Grill. (Org.). **As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 141-178, 2013.
- _____. Antropologia, Política e Etnografia: fronteiras disciplinares e trabalho de campo. In: Renato Perissinotto e Adriano Codato. (Org.). **Como Estudar Elites**. 1ed. Curitiba: UFPR, 2015a, v. 1, p. 182-213.
- PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Orgs.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.
- PANG, E. S. **Coronelismo e Oligarquia (1889-1943). A Bahia na Primeira República**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil. In: **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, p. 1976.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. Et. Al. **História da Civilização Brasileira**. RJ, Bertrand Brasil, pp. 172-214, 2006.

- PETRARCA, F. R. O Jornalismo como Profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no RS. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2007a.
- _____. Conflitos Profissionais e Usos do Título Acadêmico para o Exercício do Jornalismo no Rio Grande do Sul. Belo Horizonte, **Teoria & Sociedade**, v. 1, p. 94-119, 2007b.
- _____. Carreira militante, inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul. Florianópolis, **Política & Sociedade**, v. 7, p. 311-329, 2008a.
- _____. Competência Profissional, Recursos Políticos e Defesa do Jornalismo. Goiânia, **Sociedade e Cultura**, v. 11, p. 91-101, 2008b.
- _____. ; SALMERON, I. As condições de exercício da Medicina e a política de parentela em Sergipe no século XIX. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XVII, 2015, Porto Alegre. Porto Alegre, **Anais da SBS**, 2015.
- REIS, E. T. dos. **Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política: um estudo sobre os militantes que lutaram contra a ditadura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/São Luís: ZOUK/EDUFMA, 2015.
- _____. Em nome da "cultura": porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão. Brasília, **Sociedade e Estado**, v. 25, p. 499-523, 2010.
- _____. Em nome da "participação popular": constituição de uma "causa legítima" e disputas por sua definição no Rio Grande do Sul. São Luís, **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9/10, p. 105-132, 2008.
- _____. ; GRILL, I. G. (Org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís, EDUFMA, 2014.
- RIEFFEL, R. **L'élite des Journalistes**. Paris: PUF, 1984.
- RIESMAN, D. GLAZER, N., DENNEY, R. **A Multidão Solitária: um estudo da mudança do caráter americano**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- SAINT MARTIN, M. Une Grande Famille. **Actes de La recherche em Sciences Sociales**. 1980, n. 31, pp. 4-21.
- _____. Reconversões e Reestruturação das Elites: o caso da aristocracia em França. **Análise Social**, vol. xxx (134), 1995 (5.º), 1023-1039
- _____. Coesão e Diversificação: os descendentes da nobreza na França no final do século XX. **Mana** 8(2):127-149, 2002.
- SAPIRO, G. Elementos para uma história do processo de autonomização: o exemplo do campo literário francês. **Tempo Social**, São Paulo (USP), junho, p. 93-115, 2004.
- SCHATZ, Edward. (Ed.). **Political Ethnography. What immersion contributes to the study of power**. Chicago, Universty of Chicago Press, 2009.
- SEIDL, Ernesto. A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul. **Tese** (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2004.
- SEIDL, E; GRILL, I. G. **As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FVG, 2013.
- TRIGO, M. H. B. **Os Paulistas de Quatrocentos Anos: ser e parecer**. São Paulo: Annablume, 2001.
- WAGLEY, C. **An introduction to Brazil**. New York: Columbia University, 2. ed. Press, 1971.